Informativo CNI
Ano 5 • Número 4 • junho/julho de 2016

UE e Mercosul se preparam para nova rodada de negociações 2
UE-Canadá: Comissão sugere competência mista ao CETA 3
Acordos comerciais e parcerias: atualização 4
Bruxelas em movimento 4

INFORMATIVO DE BRUXELAS

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

BREXIT: Bruxelas demonstra resiliência, lados apontam negociadores

O último mês foi marcado por incertezas institucionais na União Europeia, após a opção Brexit, como é chamada a saída do Reino Unido do bloco, ser vencedora no referendo realizado no país no dia 23 de junho. A postura do lado europeu frente à decisão dos britânicos tem sido a de "*no negotiation without notification*", ou seja, negociações para o desligamento do país apenas terão início após a formalização de seu pedido de saída da UE.

Bruxelas foi rápida em reagir ao choque do resultado do referendo e reuniões extraordinárias tiveram lugar na capital europeia nos dias seguintes. Chefes das instituições europeias lamentaram a vitória da campanha Brexit, mas julgaram preferível que o processo de saída tenha início o mais rápido possível, de modo a reduzir o período de incertezas.

Entre os Estados-Membros, as reações foram diversas. Países como França, Itália, Luxemburgo e Bélgica compartilham da visão de que o Reino Unido deva sair sem maior prolongação. Já países como Alemanha e Países Baixos, mantiveram postura moderada, defendendo maior calma no processo.

Na Comissão Europeia, a posição atual é a de que o Reino Unido terá que sair da UE antes de renegociar o seu acesso ao mercado comunitário. Na semana seguinte ao referendo, o Presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, emitiu uma ordem executiva solicitando aos Comissários, assim como aos oficiais, que não entrem em negociações informais com o Reino Unido em qualquer assunto. Para que tenha início o processo, o Reino Unido deve formalmente acionar o Artigo 50 Tratado de Lisboa, que rege os procedimentos de saída de um Membro. Feito isso, o país possui um prazo máximo de dois anos para negociar sua saída da União Europeia. Expirado este período, o desligamento é efetuado independente das condições acordadas.
O tempo torna-se, assim, elemento estratégico de ambos os lados. Theresa May, atual Primeira-Ministra do país, sinalizou que não ativaria o Artigo 50 antes do final do ano. Até que seja concluída a saída do Reino Unida da UE, este permanece membro pleno em seus deveres e obrigações, não sendo possível ao país concluir acordos com terceiros países.

continua

Um "divórcio" pouco amigável

A julgar pelos protagonistas de cada lado, uma vez iniciadas, as negociações de saída poderão ser bastante desafiadoras. May designou David Davis como Secretário de Estado para a Saída da União Europeia, no chamado "Ministério Brexit". Davis foi um acirrado defensor da campanha "Leave", tendo sempre se mostrado eurocético. Do lado europeu, tanto o Conselho Europeu quanto a Comissão designaram negociadores. O primeiro nomeou o diplomata belga Didier Seeuws, conhecido pelo amplo domínio das complexidades jurídicas do bloco. Já a designação da Comissão, Michel Barnier, teve maior repercussão por ser considerada de cunho político. Antigo Ministro das Relações Exteriores da França e Comissário europeu para o Mercado Único e Serviços, Barnier ficou conhecido por suas divergências com representantes britânicos, em especial na reforma bancária na UE após a crise financeira de 2008. A designação de Barnier como chefe negociador não foi bem recebida pelo setor financeiro britânico, que vê na escolha maiores desafios na negociação de um acordo favorável ao setor.

Comissão promete "*business as usual*" na política comercial

No que toca à política comercial, a mensagem ecoada pela Comissão é de que a mesma não sofrerá grande impacto do Brexit. Cecilia Malmström, Comissária europeia para o Comércio, buscou oferecer garantias de que os processos e negociações em andamento na Comissão não sofreriam qualquer tipo de paralisia, e defendeu que "a melhor maneira de demonstrar que a Europa funciona, é fazendo-a funcionar".

Ainda assim, o impacto para as negociações com o Mercosul permanece indefinido até o momento. O Reino Unido sempre foi um dos maiores apoiadores do acordo. A decisão de saída do país, portanto, poderá ter um impacto imediato no tom das discussões entre o Conselho e a Comissão. No entanto, qualquer avaliação seria precoce, uma vez que o mandato permanece com os oficiais da Comissão.

UE e Mercosul se preparam para nova rodada de negociações

Negociadores-chefe do Mercosul e da UE irão intercambiar propostas de textos no dia 16 de setembro como parte do trabalho preparatório para a rodada de negociações do acordo bilateral, a tomar lugar em Bruxelas, de 10 a 14 de outubro.

O intercâmbio de textos segue reunião realizada em junho na qual as partes fizeram um balanço das propostas trocadas em maio, que incluíram acesso ao mercado de bens, serviços e estabelecimento, e compras governamentais. Na ocasião, foram revisados textos dos onze grupos de negociação. Segundo a Comissária Malmström, a reunião foi bastante positiva, sendo as ofertas trocadas um "bom ponto de partida".

No último dia 22 de julho, a Comissão abriu uma consulta pública com vistas a realizar o levantamento de barreiras enfrentadas por stakeholders europeus ao fazerem negócios com o Mercosul. A consulta, que permanece aberta até o dia 3 de outubro, inclui temas de comércio, serviços e investimentos, e regras. O questionário consiste em grande parte de perguntas técnicas sobre fluxos e oportunidades comerciais, além de barreiras não tarifárias no comércio com o bloco sul americano. São levantados também interesses "ofensivos" e "defensivos" de cada setor no comércio bilateral.
Além disso, a consulta mantém aberta a possibilidade para stakeholders enviarem informações específicas acerca de seus interesses, priorização dentro dos setores e até mesmo propostas para soluções nos casos em que problemas foram identificados. Segundo a Comissão, a informação coletada servirá para "estabelecer prioridades" e "tomar decisões" ao longo do processo negociador.

UE-Canadá: Comissão sugere competência mista ao CETA

Honrando o compromisso de não permitir que o choque do Brexit afete negativamente trabalhos correntes, a Comissão Europeia divulgou no dia 5 de julho, como previamente anunciado, a proposta de ratificação do *Comprehensive Economic and Trade Agreement* (CETA) com o Canadá. Mais do que mera formalidade processual, a proposta de ratificação contém a recomendação da Comissão quanto à competência do acordo – se exclusivamente europeia ou se mista, compartilhada com os Estados Membros. Tal decisão possui fortes implicações, uma vez que acordos considerados mistos requerem ratificação de parlamentos nacionais.

Historicamente a Comissão sempre recomendou que acordos de comércio sejam considerados como de competência europeia. O Conselho, por sua vez, sempre rejeitou tais recomendações, transferindo o poder de decisão para parlamentos nacionais. No caso do acordo CETA, a Comissão concedeu pela primeira vez em sua recomendação que o acordo seja tratado como de competência mista, da União Europeia e também dos Estados Membros.

Em briefing com a imprensa, Cecília Malmström, Comissária para o Comércio, frisou que do ponto de vista legal o CETA é um acordo de competência exclusiva da UE, e que a decisão de recomendar sua ratificação como acordo misto é de cunho político. "Estamos propondo-o [CETA] como um acordo misto pois nosso entendimento é de que não há acordo entre os Estados-Membros" esclareceu a Comissária.

Malmström afirmou que o CETA será aplicado provisoriamente após aprovação do Conselho e do Parlamento, como em acordos passados. Há, no entanto, resistência quanto a esta possibilidade. Parlamentos nacionais como nos Países Baixos e na Hungria se manifestaram contra a aplicação provisória do acordo. Espera-se, portanto, que disposições mais controversas, como o capítulo sobre proteção de investimentos, sejam deixadas de fora até finalização do processo de ratificação.

Acordos de nova geração levantam questões de competência entre União e Membros

A decisão atípica da Comissão resulta, entre outros fatores, da atual inquietação por parte de Estados-Membros quanto ao modo de condução da política comercial no bloco. Estes enfrentam demandas por parte da população por maior poder de decisão sobre acordos de comércio, dada a crescente inclusão de temas como proteção de investimentos e cooperação regulatória, que ultrapassariam o tradicional escopo tarifário.

Há, porém, riscos à política comercial da UE caso haja a necessidade de aprovação de acordos de comércio como o CETA por parlamentos nacionais e regionais, que no caso europeu chegam a 38. Esta exigência poderia levar o processo a se estender por anos, sem ter sucesso garantido. Tal decisão poderia também implicar em certo enfraquecimento do poder negociador da UE caso acordos como o CETA não possam ser adotados.

Neste contexto, torna-se ainda mais pertinente o questionamento de Chrystia Freeland, Ministra do Comércio do Canadá: "Se a UE não consegue fazer um acordo com o Canadá, acho que é legítimo dizer: com quem então ela conseguirá fazer?". De fato, as decisões envolvidas na ratificação do CETA, em especial em matéria de competência e aplicação provisória, serão de fundamental importância na determinação dos procedimentos de acordos futuros. No caso do Mercosul, em particular, questões de competência terão impacto direto sobre a processo de ratificação, visto que este é alvo de oposição por parte de setores agrícolas em 14 Estados-Membros.

O CETA em números

O acordo é o maior e mais ambicioso já concluído pelo bloco europeu com um único parceiro comercial. A UE é o segundo maior parceiro comercial do Canadá e este é o 12º parceiro comercial da UE. Segundo estimativas da UE, o acordo deverá aumentar o comércio bilateral em 25% e elevar o desempenho econômico na UE em 12 bilhões de euros ao ano. O CETA removerá 98% das tarifas sobre bens logo após aplicação, e 99% ao longo de sete anos. As tarifas industriais serão abolidas, assim como 90% das tarifas sobre produtos agrícolas. Os mercados para serviços e compras governamentais também serão abertos.

Segundo estudo de impacto do acordo conduzido conjuntamente pela Comissão Europeia e pelo governo canadense, os principais setores onde

se espera aumento do valor exportado, do lado da UE, são alimentos, químicos, máquinas e equipamentos, e serviços de transporte. Já do lado canadense, os setores para os quais se esperam maiores ganhos são alimentos processados, agricultura primária, metais, serviços de transporte, e máquinas e equipamentos de transporte.

Acordos comerciais e parcerias: atualização

- **TTIP** - De 11 a 15 de julho, teve lugar em Bruxelas a 14ª Rodada de Negociações do *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP). Durante a rodada, foram apresentadas 10 novas propostas de texto. Segundo o negociador-chefe europeu, Ignacio García Bercero, no entanto, "muito mais trabalho, basicamente em cada uma das áreas, é necessário". Em acesso a mercado, Bercero reiterou sua preocupação com o baixo nível de ambição dos Estados Unidos no que toca a compras governamentais, tema que seria "chave" para a UE. Em cooperação regulatória, o chefe europeu afirmou que após esta rodada já estarão na mesa quase todos os componentes deste pilar, mas que ainda seria necessário trabalho de ambas as partes. Por fim, no que toca a regras, foi confirmado que o acordo terá capítulo dedicado às PMEs. Ainda segundo Bercero, a UE estaria propondo o "mais ambicioso" capítulo sobre desenvolvimento sustentável.

- **TISA** – A 19ª Rodada de Negociações do *Trade in Services Agreement* (TiSA) teve lugar em Genebra, de 8 a 18 de julho, organizada e presidida pela Austrália. As partes discutiram suas ofertas de acesso a mercado, além de textos sobre telecomunicação, e-commerce, localização, serviços financeiros, regulações domésticas e transparência. Segundo o sumário da Comissão Europeia, a Rodada trouxe "bom progresso" à discussão dos textos e de acesso a mercado. Os países estabeleceram um novo plano de trabalho com vistas a concluir o acordo até o final deste ano. A próxima Rodada terá lugar de 19 a 23 de setembro.

- **MÉXICO** – Nos dias 13 e 14 de junho, teve lugar a 1ª Rodada de Negociações para a modernização do Acordo Global entre a UE e o México, que data de 2000. O acordo é composto por três pilares: econômico, político e de cooperação. Segundo o Serviço de Ação Externa da UE (EEAS), a atualização do acordo se da pela necessidade de adaptação das relações México-UE às novas realidades globais em políticas e fluxos de comércio e investimento, de modo a responder aos "desafios compartilhados de um novo mundo moderno". O novo acordo deverá expandir a cooperação na agenda de desenvolvimento sustentável. No que toca a comércio e investimentos, a intenção, segundo o EEAS, seria a de garantir "o mais alto possível nível de liberalização". A próxima Rodada ocorrerá na Cidade do México ainda este ano.

Bruxelas em movimento

Eslováquia assume Presidência do Conselho da UE

No dia 1o de julho teve início a Presidência eslovaca no Conselho da UE. O cargo é rotativo e cada Estados-Membro pode ocupá-lo por seis meses. Até dezembro deste ano, a Eslováquia irá presidir reuniões nas diferentes configurações do Conselho (com exceção de Assuntos Externos), e também nas instâncias preparatórias, como o Comitê de Política Comercial.

A Presidência eslovaca apresentou cinco prioridades para seu mandato: emprego, crescimento e competitividade; oportunidades para os cidadãos; União da Energia com uma política climática voltada para o futuro; liberdade, segurança e justiça; e a União como um ator global forte. Esta última incluiria comércio, segundo consta no programa publicado, com foco em acordos de comércio bilaterais, "particularmente negociações nas relações transatlânticas".

Calendário da Presidência Rotativa -Conselho da UE		
Malta	janeiro-junho	2017
Estônia	julho-dezembro	2017
Bulgária	janeiro-junho	2018
Áustria	julho-dezembro	2018
Romênia	janeiro-junho	2019
Finlândia	junho-dezembro	2019
Croácia	janeiro-junho	2020
Alemanha	junho-dezembro	2020

Em debate no Comitê de Comércio Exterior do Parlamento Europeu, o Ministro da Economia da Eslováquia, Peter Žiga, apresentou as prioridades do país em política comercial. Contrastando com a presidência anterior, ocupada pelos Países Baixos, e cujo foco era a aproximação da política comercial com políticas de desenvolvimento sustentável em cadeias globais de valor, a prioridade eslovaca é uma política comercial baseada em reciprocidade e benefícios mútuos. CETA, TTIP e questões concernentes à concessão de status de economia de mercado à China estão no topo da agenda. Com relação ao CETA, em particular, o Ministro declarou ser a ratificação uma prioridade política para a presidência eslovaca, e crucial à credibilidade da UE.

Dado o período relativamente turbulento em que teve início a Presidência eslovaca - uma semana após o referendo no Reino Unido -, não fica claro até que ponto o país terá condições de se manter fiel ao programa inicialmente proposto. É possível que questões internas se sobreponham às demais, seja devido à continuidade da crise migratória ou à resistência por parte da população no que toca a aspectos da globalização – dentre os quais o livre comércio.

Seja qual for o caso, Brexit já deixou sua marca no Conselho da UE com a renúncia do Reino Unido a seu turno na Presidência no segundo semestre de 2017. A instituição publicou uma nova linha sucessória, que também inclui a Croácia – Membro mais recente da União – e exclui o Reino Unido. O novo calendário até 2020 pode ser conferido da tabela ao lado.

China: Comissão poderá propor metodologia antidumping "neutra"

A Comissão Europeia anunciou no último dia 20 de julho que irá propor mudanças à legislação europeia de antidumping e antisubsídios com a introdução de nova metodologia. O novo método seria aplicado igualmente a todos os membros da OMC, sendo eliminada a lista de economias centralizadas (non-market economies) da legislação europeia. Segundo Malmström, a nova metodologia "neutra" resultaria em aproximadamente o mesmo nível de tarifas antidumping existentes atualmente.

A decisão do Colégio de Comissários foi divulgada após "debate de orientação" acerca das implicações da expiração, em dezembro deste ano, da disposição do Protocolo de Acessão da China à OMC, que determina que o país pode ser considerado economia centralizada para fins do cálculo de tarifas antidumping.

Desde janeiro deste ano, estudos de impacto acerca do reconhecimento da China como economia de mercado foram conduzidos na UE, mantendo o foco em empregos. A Comissão realizou consulta pública com mais de 5000 stakeholders acerca do tema e o Parlamento adotou Resolução na qual afirma que a China não cumpre requisitos de economia de mercado e que metodologia "non-standard'" deveria ser aplicada ao país.

Segundo o Vice-Presidente da Comissão Jyrki Katainen, a UE não outorgará status de economia de mercado à China, mas se manterá em dia com suas obrigações internacionais. A nova proposta visa, portanto, responder às demandas da indústria europeia, com o menor prejuízo ao comércio com a China. Segundo Katainen, 99% do comércio da UE com o país não está sujeito a práticas desleais.

Setor do aço como motor da mudança

"Quando nós dizemos que as regras de mercado devem ser aplicadas, os chineses sabem exatamente que isto, em termos concretos, significa o fechamento de siderúrgicas". As palavras de Juncker durante a Cúpula Empresarial UE-China revelam a sensibilidade do debate acerca da metodologia antidumping diante da crise no setor do aço no bloco. Segundo afirmou o Presidente

da Comissão Europeia, a sobrecapacidade no setor de aço na China é exatamente duas vezes a produção total da liga metálica na Europa.

A indústria demonstrou um "alívio moderado" com a declaração. Apesar de celebrar as declarações de que a China não será reconhecida como economia de mercado, a AEGIS Europe, grupo de 30 associações industriais na Europa, afirmou não haver ficado claro se a UE continuaria a ligar as medidas de defesa comercial sobre importações chinesas a seus cinco critérios de economia de mercado.

Do mesmo modo, o Parlamento reagiu às declarações com otimismo ponderado. "Nós saudamos a declaração da Comissão de que não haverá concessão automática de status de economia de mercado à China, e de sua intenção de propor nova metodologia para combater o dumping de importações chinesas" afirmou o deputado britânico David Martin, porta-voz para comércio do grupo político social-democrata (S&D). Alessia Mosca, deputada italiana e porta-voz para relações com a China no mesmo grupo político, reiterou que o Parlamento rejeitará qualquer reforma que enfraqueça a competitividade europeia e a proteção de trabalhadores contra práticas desleais.

A proposta, quando formalmente apresentada pela Comissão deverá ser aprovada pelo Parlamento e pelo Conselho. Sabe-se que este último se encontra dividido quanto à adoção de postura mais "dura" em relação à China. O lento avanço da proposta de modernização dos instrumentos de defesa comercial, de 2013, se dá devido a discordâncias entre, de um lado, países do sul da Europa, como Itália, que defendem o fortalecimento das defesas comerciais contra a China e, de outro, países do norte da Europa, como a Suécia, que temem danos às relações comerciais com o parceiro de relevância.

AGENDA: *Destaques de agosto e setembro de 2016*

02-03/09	**Bratislava, Eslováquia** • Reunião Informal de Ministros - Negócios Estrangeiros.
12-15/09	**Estrasburgo, França** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda provisória já está disponível.
22-23/09	**Bratislava, Eslováquia** • Reunião Informal de Ministros - Negócios Estrangeiros.

INFORMATIVO DE BRUXELAS | Publicação mensal Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Unidade de Negociações Internacionais - NEGINT | Gerente Executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe: Bruno Moraes, Eduardo Alvim e Fabrizio Panzini | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br | Núcleo de Editoração CNI | Design gráfico: Carla Gadêlha | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado com dados disponíveis até julho de 2016.